



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL – CBH-Litoral Sul

1 Aos trinta e um dias do mês de maio de 2016, às 8h30min, no Auditório do
2 Departamento de Estradas e Rodagem – DER, situado na Av. Ministro José Américo de
3 Almeida s/n, João Pessoa - PB, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê das
4 Bacias Hidrográficas do Litoral Sul – CBH-Litoral Sul do ano de 2016, com a presença
5 dos membros deste Comitê abaixo assinados, para tratar de uma pauta, previamente,
6 encaminhada. Após checado o quorum, a Sra. Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos
7 (Representante do IFPB), presidente do CBH-Litoral Sul, deu início à reunião e leu a
8 pauta a ser tratada: 1. Informes da Diretoria; 2. Aprovação da ATA da Reunião anterior;
9 3. Apresentação sobre as ações de investigação e providências já tomadas, coordenadas
10 pelo Ministério Público Federal, na perspectiva de proteção do Rio Gramame e
11 Impactos na Comunidade Mumbaba e mananciais próximos ao Distrito Industrial de
12 João Pessoa (Carla Daniela Leite Negócio - Assessora da Procuradoria Regional dos
13 Direitos do Cidadão na Paraíba); 4. Debate e encaminhamentos; e 5. Encerramento. Em
14 seguida registrou as presenças do Diretor de Gestão e Planejamento Estratégico da
15 AESA, Sr. Waldemir, da Gerente de Cobrança da AESA, Sra. Maria Betânia, o
16 engenheiro responsável pelo projeto do Polo Industrial de Caaporã, dos alunos do curso
17 de Gestão Ambiental do IFPB e dos membros do Comitê. A Sra. Maria Edelcides
18 iniciou os informes pelo Inquérito Civil Público sobre a degradação da bacia do
19 Gramame que tramita desde 2007 no Ministério Público Estadual e que após a entrada
20 do Ministério Público Federal, através do Dr. Godoy, assumir as ações estão sendo mais
21 enérgicas, inclusive com realização de diagnóstico e frentes de trabalho. O Comitê está
22 sempre participando das reuniões e das consultas públicas, inclusive, na Comunidade
23 Mumbaba que fica no Distrito Industrial de João Pessoa, onde já foram detectadas uma
24 série de problemas devidos a lançamentos de efluentes industriais e em consequência do
25 Distrito Industrial não ter sido instalado de forma sustentável. Como recentemente foi
26 instalado o Polo Industrial de Caaporã, é importante que o Comitê e o Ministério
27 Público já acompanhem, desde o início, para que não venha acontecer os mesmos
28 problemas do Distrito Industrial de João Pessoa. Ainda informou do trabalho realizado
29 pelo município de Pedras de Fogo onde está sendo feito um levantamento da situação
30 das nascentes do rio Gramame, inclusive também é objeto do Ministério Público /
31 Fórum de Proteção do Gramame, trabalhar a recuperação das nascentes através de
32 Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Outro informe é sobre a cobrança pelo uso
33 da água bruta informando que já houve várias reuniões do Fórum dos Comitês com a
34 AESA, mas que não existe uma definição da AESA quanto aos percentuais que ficam
35 para custeio administrativo e os que serão revertidos em ações nas bacias. O Fórum está
36 aguardando um parecer jurídico da AESA (Procuradoria do Estado), pois precisamos
37 dessa definição para planejar a aplicação dos recursos da cobrança. O CBH - Litoral Sul
38 já tem um planejamento que foi feito no primeiro ano desta gestão, já tem o

39 levantamento dos problemas mais emergentes e as diretorias dos Comitês estão sempre
40 acompanhando os valores arrecadados e atualizados da cobrança pelo uso da água bruta.
41 Ainda tem a questão da inadimplência da CAGEPA. O Sr. João Paulo (CREA) entrevi
42 quanto à inadimplência da CAGEPA e colocou que a AESA já devia ter fixado um
43 prazo para a regularização e definido até quando a AESA poderá esperar. A CAGEPA
44 antes solicitava outorga por até cinco anos, a expectativa de retirada de água é nesses
45 cinco anos. Hoje já tem alguns municípios abastecidos pela CAGEPA zerado, com
46 exceção de João Pessoa, os demais estão todos com déficit de disponibilidade hídrica,
47 por exemplo, Campina Grande que tem uma outorga na faixa de 1.500 l/s, desde o ano
48 passado trabalha com 650l/s. Em janeiro de 2017 ninguém sabe se ainda vai ter água, e
49 também pode ter outros impedimentos, o que está ocasionando o retardamento dessas
50 respostas à AESA. Explicou, ainda, que muita coisa teria que ser revista dentro dessa
51 expectativa de demanda que a empresa trabalha. A CAGEPA estaria necessitando de
52 disponibilidade para abastecimento da população; se ela não tem a garantia da vazão,
53 como vai então ser onerada por este fato. A Sra. Maria Edelcides colocou que o Sr. João
54 Paulo representa o CREA no Comitê, mas é engenheiro da CAGEPA e tem
55 conhecimento da causa; essa questão, inclusive, já foi colocada em reuniões do Fórum
56 dos Comitês com a AESA quanto ao déficit hídrico, que a Companhia não tem a mesma
57 arrecadação e nem garantia das outorgas. O Sr. João Paulo (CREA) acrescentou que a
58 CAGEPA deverá solicitar à AESA algumas revisões das suas outorgas. A Sra. Maria
59 Betânia (AES A) acrescentou que, só a título de informação, o valor arrecadado com a
60 cobrança está aplicado e não está sendo mexido e também colocou que a CAGEPA já
61 solicitou algumas informações adicionais, e que a AESA cobrou não o número total de
62 outorgas, e sim as outorgas válidas; as vencidas só serão cobradas quando forem
63 renovadas. A diretoria da AESA já respondeu as informações adicionais solicitadas e
64 que está havendo um diálogo com a Companhia quanto a essa questão, considerando a
65 vigência das outorgas de cinco anos. O Sr. Waldemir (AES A) acrescentou que o
66 posicionamento da CAGEPA se justifica, pois não tem a oferta disponível de água na
67 quantidade reivindicada, e que eles entendem que devem pagar pelo que utilizam, além
68 do período da concessão da outorga que inclusive deverá ser objeto de discussão no
69 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e que todas essas questões estão sendo
70 tratadas. A Sra. Silene (FUNASA) diante dessa problemática, sugeriu que fosse enviado
71 um ofício a CAGEPA e a AESA solicitando repostas. A Sra. Maria Edelcides (IFPB)
72 informou que o Fórum dos Comitês já mandou um ofício para a CAGEPA e AESA,
73 pedindo explicação e solução e que agora irão reivindicar as respostas dos ofícios
74 enviados. A Sra. Maria Edelcides (IFPB) falou sobre o XVIII Encontro Nacional de
75 Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB, que vai acontecer no período de 3 a 8 de
76 julho, na cidade de Salvador e que a AESA sempre custeia a ida de um representante de
77 cada comitê. Todos os anos a delegação da Paraíba é sempre escolhida no Encontro
78 Estadual de Comitês, mas como este ano o ENCOB foi antecipado não será possível e
79 que terá que ser escolhido nesta reunião, solicitando, em seguida, se algum membro tem
80 interesse em representar o comitê no ENCOB, o Sr. Siese de Meer manifestou interesse,
81 sendo o escolhido. Para finalizar os informes, a Sra. Maria Edelcides colocou que o
82 CBH-Litoral Sul aderiu ao Observatório das Águas e esse observatório é uma iniciativa

83 da WWF. A proposta é criar um sistema de indicadores para acompanhar a governança,
84 ou seja, é um monitoramento sistemático da governança dos recursos hídricos. Passou-
85 se para o segundo ponto da pauta - a leitura e aprovação da ata: A Sra. Silene Ximenes
86 (FUNASA) fez a leitura e submeteu à aprovação do plenário. Foi aprovada por todos
87 com a ressalva do Sr. João Paulo (CREA) que solicitou que fosse verificada a data do
88 decreto da cobrança, em seguida passou-se para o terceiro ponto de pauta. Apresentação
89 sobre as ações de investigação e providências já tomadas, coordenadas pelo Ministério
90 Público Federal, na perspectiva de proteção do Rio Gramame e Impactos na
91 Comunidade Mumbaba e mananciais próximos ao Distrito Industrial de João Pessoa
92 (Carla Daniela Leite Negócio - Assessora da Procuradoria Regional dos Direitos do
93 Cidadão na Paraíba): a Sra. Carla Daniela Carla iniciou falando do projeto do Ministério
94 Público de recuperação do Gramame que deixou de ser um projeto do Ministério para se
95 tornar um projeto mais amplo. Hoje já existe o Fórum de Proteção do Gramame, com a
96 participação de várias instituições, inclusive o CBH-Litoral Sul, e vários
97 desdobramentos. Na verdade esse processo tramita desde 2007 no Ministério Público
98 Estadual a partir de uma denúncia da APAN, dos povos indígenas e da própria
99 população do Gramame, através da Escola Olho Vivo do Tempo (EVOT). Foram
100 denunciadas três indústrias como responsáveis pela poluição das águas do Gramame,
101 gerando diversos impactos para as comunidades ribeirinhas e para o meio ambiente. A
102 partir daí foram firmados Termos de Ajuste de Conduta (TAC) com as empresas
103 denunciadas e uma investigação dos agentes poluidores pela UFPB. A partir de 2014,
104 assumiu Dr. Godoy - Procurador Regional dos Direitos do Cidadão na Paraíba - e após
105 várias reuniões foram definidas algumas frentes de trabalho: uma referente às indústrias
106 e seus efluentes; a segunda refere-se à ocupação e uso do solo e as áreas de preservação
107 permanentes e aos planos de saneamento dos municípios da bacia; a terceira sobre ações
108 de compensação para as comunidades ribeirinhas; a quarta de certificação para
109 instituição que tenha uma ação pró-ativa na despoluição do Gramame e a quinta para o
110 Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para recuperação de nascentes e matas
111 ciliares. O objetivo desse inquérito civil público é trabalhar a despoluição da Bacia do
112 Gramame, considerando que já foram detectados metais pesados, em um diagnóstico
113 preliminar, e que ainda está sendo elaborado um diagnóstico mais detalhado da
114 identificação dos agentes poluidores e da origem dos poluentes, pela UFPB e financiado
115 pelos parceiros, com previsão para conclusão em dois anos. Enquanto isso o Ministério
116 Público/ Fórum de Proteção do Gramame está atuando com as cinco frentes de trabalho.
117 Importante informar que o diagnóstico contempla também a bacia do Abiaí, portanto as
118 duas bacias do Litoral Sul. A proposta de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA),
119 uma das frentes de trabalho, tem base no Programa Produtor de Água da Agência
120 Nacional de Águas – ANA. O Ministério Público já entrou em contato com a ANA,
121 com a direção do Programa, e eles se dispuseram a vir aqui em João Pessoa e dar todo o
122 suporte técnico, pois não podem financiar o projeto. A Paraíba já tem a Lei aprovada
123 para PSA, mas ainda falta uma regulamentação. Ainda foi informado que o Ministério
124 Público está trabalhando com os 9 (nove) municípios das bacias do Litoral Sul quanto à
125 questão do lançamento de efluentes urbanos e dos resíduos sólidos, e que já se reuniu
126 com 3 (três) desses municípios - o próprio município de João Pessoa, o município do

127 Conde e o município de Pedras de Fogo, e informou que Pedras de Fogo elaborou
 128 parcialmente o plano municipal de saneamento e que foi elaborado o Plano de Resíduos
 129 Sólidos, mas sem as audiências públicas. Então, um dos pontos que vai ser tratado com
 130 os municípios é a realização das audiências públicas nas cidades, especialmente na
 131 câmara de vereadores para a participação e esclarecimentos. O Ministério Público
 132 Federal (MPF) vai acompanhar, inclusive já foi enviado ofício a todos os municípios. O
 133 município de João Pessoa já aprovou o Plano Municipal de Saneamento e o MPF
 134 participou de algumas audiências públicas. Foi informado do levantamento das
 135 nascentes do Rio Gramame em Pedras Fogo, mas que não houve tempo suficiente para
 136 um relatório conclusivo. O Sr. João Paulo (CREA) pediu para apresentar as imagens de
 137 um voo realizado com o drone em toda a bacia do Gramame-Mamuaba onde deu para
 138 perceber que mais de 70% da mata ciliar, que deveria proteger o manancial, já foram
 139 degradadas e ficou de disponibilizar as imagens para o MPF, como não foi possível
 140 projetar as imagens ficou para a próxima reunião. O Sr. Robinson (Refresco
 141 Guararapes) informou que vai ser um dos condutores da tocha olímpica em João Pessoa,
 142 na sexta-feira, o percurso começa no Centro Histórico e termina no Busto de Tamandaré
 143 e irá conduzir no trecho entre a bifurcação da Avenida Eptácio Pessoa e a Avenida Rui
 144 Carneiro e convidou a todos. Nada mais havendo a tratar eu, João Paulo Neto, secretário
 145 desta plenária, lavrei a presente ata que vai com a lista de presença anexa.



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DO ESTADO DA PARAÍBA
 CBH-LITORAL SUL

ASSUNTO: 1ª Reunião Ordinária do CBH-LS
 DATA: 31/05/2016
 LOCAL: Auditório do DER Município: João Pessoa - PB

LISTA DE PRESEÇA

Nº	T ou S	Instituição	Representante	RG	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
Poder Público Municipal							
1	Titular	Câmara Municipal de Alhandra	Edielson Nunes dos Santos				Alhandra
2	Titular	Prefeitura Municipal de Caapoã	Júlia Nazário de Abreu Cavalcanti				Caapoã
	Suplente	Prefeitura Municipal São Miguel de Taipu	Laelson Albuquerque				S.Miguel Taipu
3	Titular	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Wellington Freitas dos Anjos				João Pessoa
4	Titular	Prefeitura Municipal de Santa Rita	Glauco Moraes				Santa Rita
	Suplente	Prefeitura de Cruz do Espírito Santo	Grça Carvalho				Cruz do Espírito Santo
Poder Público Estadual							
1	Titular	EMATER	Guilherme do Nascimento Soares				João Pessoa
	Suplente	Defesa Civil	George Sabóia				João Pessoa

Secretaria Executiva do CBH-LS
 Av. Ministro Américo de Almeida, s/n, Torre, João Pessoa/PB. (Dentro do prédio do DER-Departamento de Estradas e Rodagem). Contato: (83) 8795-6434/ 88310-4930



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DO ESTADO DA PARAÍBA
CBH-LITORAL SUL

2	Titular	SUDEMA	João Carlos				João Pessoa
	Suplente	SEDAP	Flávio Issac Ferreira Gomes	245383	<i>[Signature]</i>	7.96879430	João Pessoa
Poder Público Federal							
1	Titular	FUNASA	Silene Lima Dourado Ximenes Santos	1769580	<i>[Signature]</i>	987331647	João Pessoa
	Suplente						
Usuários de Água							
1	Titular	Agro Indústria Tabu S.A.	Mirian Flávia de Lira	7693304	<i>[Signature]</i>	85 52862911	Caapora
	Suplente	Agro Indústria Tabu S.A.	Alexandre Bandeira Melo				Caapora
2	Titular	Alpargatas S/A	Genaldo Henriques de A. Júnior				João Pessoa
3	Titular	Cogézio de Jesus do Nascimento	Cogézio de Jesus do Nascimento				Alhandra
4	Titular	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	Emmanuel Nazareno da Costa Lima	1397590	<i>[Signature]</i>	EMMANUEL NAZARENO DA COSTA LIMA CAGEPA - PB 98576-6140	João Pessoa
	Suplente	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	Thiago de Sousa Pessoa				João Pessoa
5	Titular	Coteminas S/A	Júlio Saraiva Torres Filho				João Pessoa
6	Titular	Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV	Allyson de Araújo vasconcelos	<i>[Signature]</i>	RG - 6193272	440025380 ambev.com.br 99911-5963	João Pessoa
7	Titular	Edivânia da Silva Pessoa	José Augusto Gomes dos Santos				Alhandra

Secretaria Executiva do CBH-LS

Av. Ministro Américo de Almeida, s/n, Torre, João Pessoa/PB. (Dentro do prédio do DER-Departamento de Estradas e Rodagem). Contato: (83) 8795-6434/ 88310-4930

147



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DO ESTADO DA PARAÍBA
CBH-LITORAL SUL

	Suplente	Valéria de Cássia Morais Silva	Valéria de Cássia Morais Silva				João Pessoa
8	Titular	Elizabeth Porcelanato	Wanderlúcia Maria Sobral de Souza				João Pessoa
9	Titular	Refresco Guararapes	Robinson Noronha Ramos	340388099	<i>[Signature]</i>	83 90918870 27122087	João Pessoa
10	Titular	Severino Pereira da Silva	Severino Pereira da Silva				Alhandra
Sociedade Civil							
1	Titular	Assoc. dos Povos Indígenas do Litoral Sul da Paraíba	Juscelino Silva de Souza				Conde
2	Titular	Assoc.Comercial Ind. e de Serviços de Conde-PB	Siese de Meer	1537228-4	<i>[Signature]</i>	386601923	Conde
	Suplente	E.E.E.F.M.Prof. João da Cunha Vinagre Reis	Givaldo Freire de Oliveira				Conde
3	Titular	CREA-PB-CONS.REGIONAL DE ENGRª. E AGRONOMIA	João Paulo Neto	157.661	<i>[Signature]</i>	9.9921-7742	João Pessoa
	Suplente	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba – ASPLAN	Luis Augusto de Lima Santos				João Pessoa
4	Titular	FAEPA	Domingos de Léilis Filho	11982110	<i>[Signature]</i>	9.9928091	João Pessoa
	Suplente	FAEPA	Nadja Nara Gomes de Morais				João Pessoa
5	Titular	Instituto Fed. de Educ.Ciência e Tecnologia-PB	Maria Edclides de Gondim	297680	<i>[Signature]</i>	99382344	João Pessoa

Secretaria Executiva do CBH-LS

Av. Ministro Américo de Almeida, s/n, Torre, João Pessoa/PB. (Dentro do prédio do DER-Departamento de Estradas e Rodagem). Contato: (83) 8795-6434/ 88310-4930

148



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DO ESTADO DA PARAÍBA
CBH-LITORAL SUL

6	Titular	Sind. Dos Trab. Rurais de Caapora	Vasconcelos Gilvan de Franca Cavalcante				Caapora
7	Titular	Sind.Trab. Na Agric. Familiar de Alhandra, Caaporã e Pitimbu-SINTRAF	Sérgio Marcos de Andrade Ferreira				Alhandra
8	Titular	Sind. Trab. Rurais de Cruz do Espírito Santo	Sandra Alves de Oliveira	954 832 557118	Stolker		Cruz do Espírito Santo

Outros participantes:

1. Maraci de S. Virgolino - AESA
2. Bruno Garcia O. do Silva
3. Romão Henrique Jurema do Lago
4. Vala Leticia S. Assis
5. Felipe Luciano Capell
6. José Carlos Romão de Jesus
7. Ms. Patrícia Silva dos Santos - AESA
8. Carla Daniela Leite Nóbis - PROE/MPF

Secretaria Executiva do CBH-LS

Av. Ministro Américo de Almeida, s/n, Torre, João Pessoa/PB. (Dentro do prédio do DER-Departamento de Estradas e Rodagem). Contato: (83) 8795-6434/ 88310-4930